



InfoSNESup

Número 139 – Abril de 2011 – 1ª Quinzena

SUMÁRIO

- ✓ **DIÁLOGO ENTRE PARCEIROS É NECESSÁRIO E URGENTE**
- ✓ **PUBLICAÇÃO DE REGULAMENTOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA**
- ✓ **REUNIÃO NA FACULDADE DE LETRAS -UL**
- ✓ **SNESup REÚNE COM REITOR DA UBI SOBRE REGULAMENTOS**
- ✓ **INSTITUIÇÕES EM REGIME FUNDACIONAL: DEBATES NECESSÁRIOS**
- ✓ **REVISTA DO SNESup VAI PUBLICAR ESTUDO SOBRE REGULAMENTOS DE SERVIÇO DOCENTE**
- ✓ **SINDICALISMO COPY-PASTE**
- ✓ **SITE DO SNESup: LEGISLAÇÃO - A IMPORTÂNCIA DA ACTUALIZAÇÃO DOS TEXTOS LEGAIS**
- ✓ **EVENTOS**
- ✓ **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

DIÁLOGO ENTRE PARCEIROS É NECESSÁRIO E URGENTE

Em 23 de Outubro do ano passado o Conselho Nacional do SNESup incluiu no "Caderno de Encargos" por si aprovado o seguinte ponto: "*O poder político deve promover, no âmbito do ensino superior, o diálogo regular entre parceiros, designadamente a tutela, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e a associação patronal das Instituições privadas, e as associações sindicais representativas*".

Sendo evidente que o poder político não quer promover coisa nenhuma, nem sequer o diálogo, conviria que pelo menos o CRUP, o CCISP e as associações sindicais com âmbito nacional encontrassem formas de institucionalizar o diálogo entre si, ao menos em duas áreas neste momento muito sensíveis:

- o intercâmbio de informações sobre as consequências das restrições orçamentais;

- a interpretação da legislação aplicável ao ensino superior.

Neste último domínio é frequente vermos cada instituição e cada unidade orgânica adoptar as mais diversas soluções, pedir os seus próprios pareceres, quando não escrever directamente ao MCTES e até à DGAEP (que não tem a menor sensibilidade para a interpretação sistemática do quadro normativo relativo às carreiras do ensino superior) como pretexto para adiar soluções ou encontrar argumentos para restringir direitos do seu pessoal docente. A aplicação da lei torna-se assim uma manta de retalhos, com interpretações diferentes de instituição para instituição e de unidade orgânica para unidade orgânica, em prejuízo necessário do princípio da igualdade e obrigando a um recurso aos tribunais perfeitamente evitável.

É tempo de as instituições de ensino superior procurarem discutir estas questões com as associações sindicais de forma global, e também de forma global colocarem à tutela as suas dúvidas de interpretação. O país é demasiado pequeno para ter 20 ou 30 "leis" sobre o mesmo assunto.

PUBLICAÇÃO DE REGULAMENTOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

A esmagadora maioria das Instituições de Ensino Superior têm vindo a publicar em Diário da República os regulamentos cuja elaboração se encontra prevista quer no ECDU, quer no ECPDESP conforme previsto no Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 29 de Julho, alterado pelo Despacho Normativo n.º 13/2009, de 1 de Abril.

Tal necessidade de publicação decorre da natureza do acto enquanto extensão da actividade regulamentar do Estado, o que considerando as características de generalidade e abstracção das normas regulamentares exige a sua publicidade. Esta publicação é assim necessária em termos de eficácia jurídica consolidando assim os respectivos regulamentos.

Depois de um processo negocial relativamente ao regulamento de avaliação de desempenho do pessoal docente da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) que decorreu de forma bastante aberta e cordial, constituindo-se mesmo como um exemplo de participação sindical, a ESHTE vem agora acolher a indicação do SNESup comprometendo-se a publicar o regulamento em causa em Diário da República, decisão que o SNESup já teve oportunidade de agradecer.

REUNIÃO NA FACULDADE DE LETRAS -UL

Realizou-se no dia 12 de Abril uma reunião aberta de docentes e investigadores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa promovida pelo SNESup. Estiveram presentes docentes, investigadores e leitores numa faculdade onde apesar de o sindicato ter um número apreciável de sócios não tem havido uma presença sindical organizada há vários anos. As questões da precariedade e da inexistência de perspectivas de carreira para os leitores e os investigadores (em particular os do programa Ciência) dominaram o debate. No final da reunião foi eleita uma delegada sindical a quem agradecemos e deixamos votos de bom trabalho.

SNESup REÚNE COM REITOR DA UBI SOBRE REGULAMENTOS

Reuniu no dia 11 de Abril uma delegação do SNESup, composta pelo Presidente da Direcção António Vicente, o Membro da Direcção Gonçalo Leite Velho e os Delegados Sindicais da Faculdade de Ciências, Jorge Maia e da Faculdade de Engenharia, Carlos Barrico, com o Senhor Reitor da UBI João Queiroz, a Senhora Vice-Reitora Ana Paula Duarte e a Assessora Jurídica Dr^a Manuela Fontes Neves, com vista à discussão das propostas apresentadas pelo SNESup relativamente aos projectos de regulamento de prestação de serviço dos docentes, de vinculação do pessoal docente além da carreira e de concursos e contratação da carreira académica.

A reunião decorreu de forma bastante cordial tendo o Senhor Reitor acolhido a quase totalidade das propostas apresentadas pelo SNESup. Relativamente ao projecto de regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes, o Senhor Reitor comprometeu-se a eliminar as disposições que prevêm a leccionação por investigadores ou bolseiros de investigação o que a não acontecer seria manifestamente ilegal, tendo ainda acolhido as disposições propostas pelo SNESup relativamente à contabilização de cargas horárias excessivas e organização de horários foram também acolhidas pelo Senhor Reitor.

Quanto ao projecto de regulamento de Vinculação do Pessoal Docente Além da Carreira o SNESup alertou para a possibilidade de abuso da contratação de docentes convidados tendo o Senhor Reitor assumido o compromisso de combater as situações de falsos convidados e falsos tempos parciais, aceitando que a contratação em tempo parcial deve pressupor a existência de curriculum profissional relevante.

No que respeita ao projecto de regulamento de Concursos e Contratação da Carreira Académica o SNESup alertou para a necessidade de reequacionar as referências excessivas ao regulamento de avaliação de desempenho na regulamentação dos concursos num contexto em que os mesmos são obrigatoriamente externos.

INSTITUIÇÕES EM REGIME FUNDACIONAL: DEBATES NECESSÁRIOS

Tem-se vindo a discutir com maior insistência nestes últimos tempos a passagem de algumas instituições a regime fundacional. O estado que o país atravessa tem servido de pretexto para acentuar a possibilidade de concretização desta hipótese admitida pelo RJIES. É reavivada a sua propalação como "reforma necessária". O que não deixa de ser curioso quando a opinião pública ouve falar de fundações e de outras figuras semelhantes justamente como responsáveis pelo estado do Estado.

Uma das instituições onde se tenderá a decidir esta transformação em Fundação Pública com regime de direito privado já no curto prazo é a Universidade do Minho. Está previsto para o próximo mês de Maio uma reunião do Conselho Geral para deliberação. Apesar de não ter havido um grande incentivo desta reitoria ao debate dentro da Universidade do Minho várias têm sido as iniciativas tomadas por grupos de docentes visando reflectir e fazer ouvir a sua opinião. Foram já realizados referendos em várias Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação muito participados e que abrangeram docentes, trabalhadores não docentes e

alunos. Os resultados têm vindo maioritariamente apoiando a não transformação da Universidade do Minho em Fundação Pública com regime de direito privado. É de realçar o valiosíssimo contributo que assim foi dado para que o Conselho Geral tenha de consultar a Academia (afinal não nos podemos esquecer que os representantes devem representar e não decidir por, ainda mais quando os representados se querem fazer ouvir).

Ao que o SNESup sabe não é caso único e parece que em outras instituições o assunto começa já a ser ventilado em reuniões do Conselho Geral mas sem grande publicidade. Haverá intenção de evitar o debate? Querirão alguns responsáveis decidir ou influenciar a decisão sem que a Academia se pronuncie? Haverá assim tanta urgência nesta transformação para que se possa simplesmente esbater o diálogo? O Governo de Gestão vai fazer decretos-leis para o efeito? O Orçamento do Estado para 2011 tem disponibilidades para premiar a passagem ao regime fundacional? Ou no futuro quadro orçamental as entidades que fugiram para o direito privado vão ter de sobreviver com o mínimo de recursos do Estado? O SNESup prepara já algumas iniciativas visando contribuir para o esclarecimento e debate sobre um tema que merece ampla reflexão.

Deixamos o link para um texto já publicado no Fórum SNESup, que, neste como noutros temas, aguarda os vossos contributos:

<http://forumsnesup.wordpress.com/2011/03/29/fundacoes-e-aconselhavel-uma-moratoria/>

REVISTA DO SNESup VAI PUBLICAR ESTUDO SOBRE REGULAMENTOS DE SERVIÇO DOCENTE

Apesar de nem todas as instituições virem ouvindo o SNESup sobre Regulamentos de Serviço Docente (entendemos que tal audição seria obrigatória nos termos do Artigo 6º da Lei 23/98, de 26 de Maio) está a ser preparado um estudo sobre o assunto, a ser publicado no número de Abril - Junho da Ensino Superior Revista do SNESup. Estão já concluídos o levantamento dos regulamentos já publicados, alguns dos quais não obedecem à lei, e a sua análise preliminar.

Na mesma linha de preocupações vão começar a ser formuladas propostas sobre horários de trabalho, visando garantir o "direito a viver" perigosamente ameaçado em algumas instituições.

SINDICALISMO COPY-PASTE

Foi com espanto que constatámos que o SPRC, após a sua reunião sobre regulamentos com o Reitor da UBI, enviou aos docentes um comunicado tão semelhante ao nosso, divulgado um dia antes, que mais parecia um copy-paste.

(<http://forumsnesup.wordpress.com/2011/04/14/sindicalismo-copy-paste/>)

Se fosse um trabalho de um aluno não teria mesmo passado na detecção de plágio...

Outra possibilidade é que a qualidade do trabalho feito pelo SNESup na UBI fez de nós uma referência, talvez sejamos considerados como *opinion makers* pelos outros sindicatos.

SITE DO SNESup : LEGISLAÇÃO

- A IMPORTÂNCIA DA ACTUALIZAÇÃO DOS TEXTOS LEGAIS

Alguns diplomas estruturantes da Administração Pública vêm sofrendo alterações sobre alterações, designadamente através da introdução de disposições nas Leis do Orçamento anuais.

Para que os utentes do nosso site não se percam a ler textos desactualizados, ou se dispersem por três ou quatro diplomas estamos a procurar proceder à introdução de alterações nos locais próprios dos diplomas iniciais.

Veja:

Regimes de vinculação, carreiras e remunerações

<http://www.snesup.pt/htmls/extra/2011/03/Lein.12-A2008de27deFevereiro.shtml>

Regime do contrato de trabalho em funções públicas

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/lei_59_2008_11092008.pdf

SIADAP

<http://www.snesup.pt/htmls/extra/2011/03/Lein.66-B2007de28deDezembro.shtml>

Responsabilidade dos titulares de cargos

<http://www.snesup.pt/htmls/extra/2011/04/Lein.3487de16deJulho.shtml>

EVENTOS

Formação Avançada para Docentes do Ensino Superior – Docência e Aprendizagem Colaborativa no Ensino Superior (DACES)

29 de Abril – 30 de Maio de 2011

Unave / Universidade de Aveiro

Informações: <http://www.unave.ua.pt/>

II Fórum UBI Psicologia

29 de Abril de 2011

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior

Anfiteatro 7.21

Informações: www.ubi.pt

Call For Papers

Jornadas de Enfermagem Comunitária

26 – 28 de Maio de 2011

Escola Superior de Enfermagem do Porto

Prazo: 25 de Abril de 2011

Informações: <http://portal.esenf.pt>

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Portaria n.º 159/2011, de 15 de Abril - Estabelece os termos a que deve obedecer a autorização de exercício de funções públicas por aposentados antecipadamente.

Decreto-Lei n.º 52/2011, de 13 de Abril - Altera o Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, e o Código de Processo Civil.

Lei n.º 9/2011, de 12 de Abril - Décima quarta alteração do Estatuto dos Magistrados Judiciais e décima alteração do Estatuto do Ministério Público, em matéria de aposentação, reforma e jubilação e de adaptação do regime de proibição de valorizações remuneratórias de 2011 ao sistema judiciário.

Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, publicada em 11 de Abril - Cessaçãõ da vigência do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, que «estabelece o regime da autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, institutos públicos, autarquias locais, fundações públicas, associações públicas e empresas públicas».

Resolução da Assembleia da República n.º 83/2011, publicada em 11 de Abril - Recomenda ao Governo a revisão do sistema de atribuição de bolsas de estudo do ensino superior.

Resolução da Assembleia da República n.º 82/2011, publicada em 11 de Abril - Recomenda ao Governo que efectue uma revisão urgente ao sistema de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior.

Resolução da Assembleia da República n.º 81/2011, publicada em 11 de Abril - Formula recomendações ao Governo no âmbito da acção social escolar para o ensino superior.

Resolução da Assembleia da República n.º 79/2011, publicada em 11 de Abril - Recomenda ao Governo que proceda à revisão das normas de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior.

Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, Suplemento - Altera a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt